

## VII Concurso

1. O Supremo Tribunal Federal sumulou entendimento segundo o qual

**(A) somente por lei poderá ser exigido, para habilitação do candidato a cargo público, o exame psicotécnico.**

(B) a Constituição Estadual poderá criar órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes e entidades.

(C) o titular do cargo de Defensor Público está dispensado de apresentar procuração para atuar em juízo.

(D) a ausência de defesa técnica por profissional habilitado no processo administrativo causa a nulidade absoluta do feito, por ferimento à Constituição Federal de 1988.

(E) o funcionário público em estágio probatório poderá ser demitido ou exonerado, a depender do caso, mediante procedimento administrativo abreviado, garantida a ampla defesa

2. Relativamente à intervenção do Estado na propriedade privada,

(A) o instituto da ocupação temporária recairá sobre bem imóvel com a finalidade de permitir ao poder público executar serviços, existindo ou não perigo público iminente a ser confrontado. A exemplo da servidão administrativa, a ocupação temporária é direito real e, assim, deverá ser levada a registro no cartório de registro de imóveis para gerar efeitos.

(B) o ato de tombamento implica restrições ao uso do bem móvel e imóvel por seu proprietário ou possuidor, que deverá conservá-lo segundo as características culturais que motivaram sua proteção. No caso de tombamento de bens imóveis, o proprietário que não possuir recursos financeiros suficientes para realizar obras de preservação ou de conservação deverá informar tal fato à autoridade competente, que deverá proceder à mencionada obra, vedada a desapropriação.

**(C) ao contestar ação de desapropriação, o Defensor Público somente poderá versar sobre vícios do processo judicial ou impugnar o preço apresentado pelo expropriante, vedada a reconvenção.**

(D) as limitações administrativas se consubstanciam em atos administrativos de caráter individual, mediante os quais o Poder Público impõe posturas positivas, negativas ou, ainda, permissivas, com a finalidade de adequar o dado imóvel à sua função social.

(E) por não ensejar a perda da propriedade e em vista da supremacia do interesse público sobre o particular, a servidão administrativa não comporta a possibilidade de indenização ao proprietário do imóvel, mesmo no caso de esse suportar prejuízos.

**3.** Considere as assertivas abaixo acerca do tema Responsabilidade Civil do Estado.

- I. A Constituição Federal define, em seu artigo 37, § 6º, o instituto da responsabilidade extracontratual objetiva às pessoas jurídicas de direito público interno e, com relação às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade subjetiva, facultando, em ambos os casos, ação de regresso em face do funcionário responsável pela ocorrência.
- II. Para configurar a hipótese de responsabilidade objetiva do Estado deverão concorrer requisitos, quais sejam o fato administrativo, assim compreendido o comportamento de agente do Poder Público, independentemente de culpa ou dolo, ainda que fora de suas funções, mas a título de realizá-las, o dano, patrimonial ou moral, que acarrete um prejuízo ao

administrado e a relação de causalidade entre o fato e o dano percebido.

- III. III. Em princípio, os atos judiciais, aqueles praticados por membros do Poder Judiciário como exercício típico da função jurisdicional, não acarretam a responsabilização objetiva do Estado em indenizar o jurisdicionado, salvo nas hipóteses de erro judiciário, prisão além do período definido em sentença e em outros casos expressos em lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) I e II.

**(C) II e III.**

(D) I.

(E) III.

**4.** Relativamente ao tema dos serviços públicos, é correto afirmar que:

(A) Por se tratar de serviço público essencial, o fornecimento de energia elétrica, remunerado mediante taxa, não poderá ser

interrompido pela inadimplência do usuário, mas poderá ser interrompido por motivos de caso fortuito e de força maior.

(B) O Superior Tribunal de Justiça posicionou-se no sentido de afastar a incidência do artigo 6º, § 3º, da Lei no 8.987/95, que permite o corte do fornecimento de água em razão de inadimplência do usuário, ao prestigiar a incidência, no caso, do artigo 22, do Código de Defesa do Consumidor.

(C) Não existe solidariedade entre o Poder concedente e o concessionário na prestação do serviço ao usuário, sendo que esse deverá exigir do concessionário a realização do serviço público a seu cargo.

**(D) A prestação de serviços públicos essenciais pode ser delegada ao particular somente se o ente público continuar a fiscalização e o controle de sua execução.**

(E) Caso o locatário não quite o débito a ele atribuído oriundo do serviço de fornecimento de energia elétrica, o locador será solidariamente responsável e poderá ser acionado judicialmente para regularização. Enquanto não regularizada a dívida, o serviço não poderá ser restabelecido no imóvel implicado.

## **VI Concurso**

1. É entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal a

(A) possibilidade de somar gratificações e abonos ao salário do servidor público para que atinja o salário mínimo.

(B) constitucionalidade da cobrança de taxa de lixo pelos Estados.

**(C) constitucionalidade da cobrança de ISS sobre locação de bens móveis.**

(D) inconstitucionalidade da exigência de depósito ou arrolamento prévio de bens para a admissibilidade de recurso administrativo.

(E) constitucionalidade da cobrança de taxa para matrícula em universidade pública.

## 2. A licitação

(A) pode ser por convite nos casos em que couber tomada de preços.

(B) deve ter seus parâmetros estabelecidos em Lei Federal, sendo vedada disposições legais específicas por parte dos Estados e Municípios.

**(C) é aplicável para as entidades controladas direta e indiretamente pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios e exploradoras de atividade econômica.**

(D) é inexigível no caso de bens singulares e obras de modesto valor.

(E) é dispensada para a contratação de qualquer profissional do setor artístico

**3.** Sobre as formas de contratação na Administração Pública, é correto afirmar que

(A) a concessão é extinta se houver necessidade de intervenção do poder concedente.

(B) a União deve ser parte em consórcio.

(C) o protocolo de intenções pode ser assinado após a formalização do consórcio.

**(D) a parceria público-privada na modalidade patrocinada envolve tarifa a ser cobrada dos usuários.**

(E) é admitida a parceria público-privada para o fornecimento de mão de obra.

**4.** A desapropriação por interesse social, nos termos da Lei no 4.132/62 se dá para

(A) o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

- (B) a exploração ou conservação dos serviços públicos.
- (C) o funcionamento de transporte coletivo.
- (D) a construção de edifícios públicos.
- (E) a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reserva florestal.**

#### 5. Os atos do processo administrativo

- (A) dispensam motivação quando decorrem de reexame de ofício.
- (B) dependem de forma determinada em lei.**
- (C) podem ser objeto de delegação quando sua edição tiver caráter normativo.
- (D) não podem ser objeto de avocação.
- (E) devem ser iniciados perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir, salvo disposição em contrário.

6. Funcionário público estadual, encarregado de receber valores referentes a pagamento de honorários advocatícios em favor do Estado, dá como quitado pagamento de honorários que, posteriormente, verifica-se que estavam a menor. Nesta hipótese e considerando o previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo,



**(A) poderá sofrer penalidade de demissão após a conclusão de sindicância.**

(B) o funcionário terá o prejuízo descontado integralmente de seu salário.

(C) o funcionário somente será responsabilizado se não for possível cobrar do devedor original.

(D) terá como sanção cabível apenas a suspensão.

(E) poderá ser administrativamente processado em até 10 anos.

**7. É considerado ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, nos termos da Lei no 8.429/92,**

(A) permitir a permuta de bem por valor acima do mercado.

(B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

(C) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

**(D) adquirir para outrem, no exercício de função pública, bem cujo valor seja desproporcional a renda do funcionário.**

(E) liberar verba pública sem observância das regras pertinentes.

## V Concurso

1. Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a

(A) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.

(B) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão.

**(C) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade.**

(D) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum.

(E) legalidade a inobservância a quaisquer atos normativos que não sejam lei em sentido estrito e provindos de autoridades administrativas.

2. O ato administrativo que se encontra sujeito a termo inicial e parcialmente ajustado à ordem jurídica, após ter esgotado o seu ciclo de formação, é considerado

- (A) perfeito, válido e eficaz.
- (B) perfeito, inválido e ineficaz.**
- (C) imperfeito, inválido e eficaz.
- (D) perfeito, válido e ineficaz.
- (E) imperfeito, inválido e ineficaz

**3.** Em relação às licitações, contratos e demais ajustes da Administração Pública é correto afirmar que

- (A) constitui cláusula desnecessária do contrato administrativo a especificação de seu conteúdo, desde que estipulado com clareza o preço e as condições de pagamento.
- (B) as minutas de convênios devem ser previamente examinadas por assessoria jurídica dos órgãos públicos, à qual não compete aprová-las.
- (C) inexistindo interessado selecionado, em decorrência da inabilitação ou da desclassificação, a licitação deverá ser declarada deserta.
- (D) a subcontratação parcial pode ser realizada, desde que haja anterior previsão explicitada no edital da licitação e ratificada no contrato.**
- (E) as sanções para o caso de inadimplemento não precisam ser indicadas no edital de licitação, mas sim no contrato a ser firmado.

4. Instaurado processo administrativo disciplinar para apurar inassiduidade de servidor sujeito ao regime da Lei no 10.261/68, se sobrevier pedido de exoneração do acusado, antes da data designada para o interrogatório, o processo deverá

(A) ser sobrestado, até posterior investidura do acusado em outro cargo de provimento efetivo, desde que não ocorrida a prescrição.

(B) ter prosseguimento normal, até o relatório final, consignando tudo o que for apurado no prontuário do acusado, para fins de registro. (

**C) ser extinto, nesta hipótese ou ainda na de abandono de cargo ou função pública, por expressa determinação legal.**

(D) ter curso célere, de modo a se produzirem as provas para decisão de mérito, antes do deferimento do pedido de exoneração.

(E) ser elevado à apreciação e decisão in limine da autoridade competente, para deferimento ou não do pedido de exoneração.

5. Nos termos da legislação em vigor sobre as parcerias público-privadas, a modalidade de concessão de serviços públicos ou obras públicas, que envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos

usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, é denominada concessão

(A) comum.

(B) administrativa.

(C) ordinária.

(D) tradicional.

**(E) patrocinada.**

6. As fundações de direito público, também denominadas autarquias fundacionais, são instituídas por meio de lei específica e

(A) seus agentes não ocupam cargo público e não há responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.

(B) seus contratos administrativos devem ser precedidos de procedimento licitatório, na forma da lei.

(C) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, definindo as áreas de sua atuação.

(D) seus atos administrativos não gozam de presunção de legitimidade e não possuem executoriedade.

(E) seu regime tributário é comum sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.